



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7254 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM CUBA: ADESÃO, CONDICIONALIDADES E DISCRICIONARIEDADE.

Katianne Cristina dos Santos Palitot - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM CUBA: ADESÃO, CONDICIONALIDADES E DISCRICIONARIEDADE.

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a implementação de políticas públicas educacionais na educação primária em Cuba. Enquanto referencial teórico, baseou-se em estudos sobre a implementação para a efetivação de uma política pública, adotando como principais referenciais teóricos Lipsky (1980), Arretche (2001) e Lotta (2012). Segundo esses autores, a implementação da política pública pode ser compreendida como uma parte da política na qual os atores do processo de implementação interagem entre si e com os beneficiários, ofertando serviços públicos conforme as diretivas oficiais e seus valores e crenças. Para o estudo, foram aplicados questionários para professores cubanos da educação primária e realizadas observações em escolas. Para a análise dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo, à luz de apontamentos de Bardin (1977) e de Breches *et al.* (2018). Foram definidas categorias prévias a partir da literatura: adesão dos agentes implementadores, discricionariedade e condições de implementação (fatores favoráveis e desfavoráveis). A pesquisa conclui ser possível haver discricionariedade na implementação da política educacional na educação primária em Cuba, sobretudo quanto a adaptações do currículo necessárias diante do contexto de escassez. Apuramos, também, haver adesão no processo de implementação por parte dos agentes implementadores e isso é descrito pelos docentes na sua prática cotidiana, embora haja presença menos enfática de discurso crítico. A pesquisa também nos revela que a formação inicial dos docentes, a qualidade e estrutura da educação e o compromisso dos profissionais são percebidos pelos professores como fatores que favorecem a implementação da política educacional para os anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Cuba. Políticas educacionais. Implementação de políticas públicas. Educação primária.

Desenvolvimento

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a implementação da política educacional para a educação primária em Cuba. Para tanto, visitamos o país caribenho por cinco vezes, realizando a coleta de dados em Havana, onde aplicamos um questionário estruturado para docentes que trabalham na referida etapa do ensino fundamental. A análise dos dados visou compreender aspectos do seu processo de implementação, com base em categorias prévias advindas da literatura sobre implementação de políticas educacionais: adesão à política, condições favoráveis e desfavoráveis de implementação e discricionariedade por parte dos agentes implementadores.

Carnoy e seus colaboradores estiveram acompanhando o processo de ensino-aprendizagem no Brasil, no Chile e em Cuba utilizando a observação como metodologia, onde se serviram de gravações em audiovisual para reduzir qualquer interferência.

Sendo assim, busquei me aprofundar na literatura sobre o processo de implementação de políticas públicas e fazendo uma revisão da literatura, buscando compreender a fase desse processo.

Os diversos fatores que incidem na implementação das políticas públicas têm sido apontados como uma das causas do insucesso dos governos em alcançar as metas preestabelecidas no desenho dessas políticas. Sendo assim, o processo de implementação se revela como um fator primordial a ser debatido, pois os problemas apresentados durante a implementação da política pública podem representar obstáculos comprometedores e, por vezes, intransponíveis, os quais acabam por levar as agências responsáveis a descontinuí-los.

Considerações finais

Concluimos que no que tange à adesão, percebemos, por meio dos dados coletados, que boa parte dos docentes pesquisados acredita haver em Cuba uma política que atende aos anseios dos professores e às necessidades da comunidade. Constatamos essa adesão pelas falas dos docentes, quando sinalizam que o Ministério está presente no cotidiano e que busca, juntamente com os docentes, um constante aperfeiçoamento da política, desenvolvendo boas estratégias de trabalho e favorecendo o processo de implementação da política educacional. Entretanto, a avaliação não é unânime e há também apontamentos, em menor quantidade, indicando críticas: burocratização excessiva, não dotação das condições de trabalho e baixos salários, sobretudo.

Quanto aos fatores favoráveis, verificamos que, para os professores, a formação inicial, bem como a continuada, constituem-se como sendo um dado positivo da educação cubana. Efetivamente, os dados coletados denotam que a maioria dos professores têm pós-graduação. Foi ainda mencionado que a obrigatoriedade da educação, junto com a gratuidade até a universidade e o fato de esta ser ofertada em período integral, são fatores que favorecem o trabalho cotidiano. Citam ainda o fato de a educação ser de qualidade, com princípios de equidade, valores humanísticos e científicos. A análise denota que a maior parte dos professores observa a existência de compromisso político dos profissionais com a sociedade, outro fator que favorece a implementação da política em questão. Cabe mencionar, no entanto, a presença de um discurso menos contundente entre professores que citam falta de compromisso de profissionais e falta de preparação como problemas para a implementação da política.

No que concerne aos fatores desfavoráveis, foram os seguintes apontados pelos docentes: a política salarial, pois esta não condiz com os níveis de formação dos professores; a falta de recursos materiais e humanos; a falta de tecnologia para uso individual; a evasão dos profissionais de educação para outras áreas à procura de melhor remuneração; o abandono da carreira; a carga horária de dedicação exclusiva à docência; a falta de incentivos para atrair

os jovens para a carreira docente; e a carência de materiais didáticos, que retrata o contexto enfrentado por Cuba, pois se trata do único país a sofrer um bloqueio econômico tão longo na América.

A pesquisa mostra que, embora estejamos tratando de um país no qual, segundo Carnoy, Gove e Marshall (2009), os professores têm baixa autonomia para decidir sobre os processos da política e da sala de aula, é possível que haja algum uso de discricionariedade na entrega dos serviços públicos. Os dados, entretanto, não são muito claros. Quando falam de adaptações na política educacional, os depoentes referem-se especificamente às adaptações curriculares pela adequação de programas, textos, no tratamento das informações, no desenho da política pelos professores mais experientes, em ajustes de preparação dos docentes para replicar a política nas províncias ou municípios, bem como por meio de um sistema diretivo junto ao colegiado, que é constituído por um movimento participativo. Entretanto, não foi possível verificar se essas adaptações ocorrem controladas pelo desenho da política ou se é possível que os profissionais ajam segundo seus próprios valores e referências, quando estão diante da entrega dos serviços públicos educacionais.

Nosso estudo fez uma revisão de literatura, mas não encontrou outras pesquisas voltadas para a educação primária cubana. Apesar de o estudo de Carnoy, Gove e Marshall (2009) ter ocorrido há uma década sob outro foco, foi importante para verificar a questão da discricionariedade: embora os referidos autores tenham obtido evidências de baixa autonomia do professor em sala de aula, esta pesquisa notifica, sem ser conclusiva, a possibilidade de uso da discricionariedade no que concerne a adaptações curriculares, a ser comprovada em outros estudos.

Constância nas políticas voltadas à educação é relevante, pois o que percebemos em nossas visitas às escolas cubanas é que as políticas educativas em Cuba são lineares e permanentes, havendo ajustes, mas não rupturas.

Referências bibliográficas

CARNOY, M.; GOVE, A. K.; MARSHALL, J. H. **A vantagem acadêmica de Cuba.** Por que seus alunos vão melhor na escola. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.